

Santas Casas, um pouco de história

Nelson Guimarães Proença

Um prato de comida e uma cama para dormir aos totalmente desvalidos. Asilo para recém-nascidos abandonados por mães que não podiam criá-los. Acolhimento por uma noite aos viajantes pobres. Enfim, uma Casa Misericordiosa para pobres e enjeitados. Foi isto que Isabel, Rainha de Portugal, decidiu criar em seu Reino, nos últimos anos do século XV, uma ideia que progrediu e que, bem depois, foi adotada e ampliada na colônia de além-mar, em terras brasileiras. O Brasil Colônia adotou a recomendação e Casas de Misericórdia foram abertas em cidades litorâneas mais prósperas, sendo mantidas graças à generosidade da população.

Fui testemunho de como funcionava a entrega de recém-nascidos, na própria Santa Casa da Capital. No muro que acompanha a Rua Dona Veridiana havia um buraco, um quadrilátero, no qual estava encaixada uma peça de madeira que girava em torno de um eixo vertical. Era a chamada “Roda dos Enjeitados”. A mãe, ou alguém que agia a seu pedido, colocava a pequena criatura no compartimento apropriado, girava a roda passando a criança para o lado de dentro do muro, tocava a campainha ali colocada e se retirava, apressadamente, para não ser vista. Acudindo ao chamado, as Irmãs de Caridade acorriam depressa e recolhiam o enjeitado. A prática atravessou o tempo, mas na segunda metade do século XX a Roda foi retirada, hoje faz parte do Museu da Santa Casa de São Paulo.

Voltemos agora ao tema principal desta crônica.

O grande impulso gerador de inúmeras Santas Casas ocorreu durante o Segundo Império, não por inspiração Imperial, mas sim por uma necessidade econômica. Foi consequência da entrada, em cena, da cafeicultura. A cultura do café exigia permanentes cuidados, no plantio, no crescimento e na colheita, mobilizando inúmeros trabalhadores rurais, tão mais numerosos quanto maiores as dimensões do cultivo. Surgiram, então, as colônias agrícolas.

Estávamos na metade do século XIX, época em que as fronteiras agrícolas da cafeicultura haviam se estendido da Província do Rio de Janeiro para o Vale do Paraíba, logo a seguir para os sertões da Província de São Paulo. Foi também a época em que começou a haver a progressiva substituição do trabalho escravo pelo trabalho dos imigrantes europeus, estes principalmente de origem italiana. Para os escravos bastaram as senzalas, para os imigrantes foi preciso construir moradias de melhor qualidade. E não só isso, não podia faltar um pequeno armazém com as mercadorias mais essenciais. Surgiram, então, as colônias das fazendas de café e cada qual tinha a sua. A educação infantil e as salas de aulas em zonas rurais eram excepcionais e só se tornaram comuns anos depois, após a Proclamação da República; este foi mais um benefício oferecido por fazendeiros progressistas a seus colonos.

As colônias construídas nas fazendas atendiam a necessidades essenciais, mas faltava a atenção à saúde, a assistência médica. Era impossível cada cafeicultor oferecer assistência adequada em sua propriedade e, sendo um problema coletivo, a solução teria de ser coletiva.

A solução, no entanto, estava ali mesmo, ao lado de todos. Cada qual deveria separar uma parcela da renda gerada pela venda da safra de café, todos os anos, e, assim, poderia então ser construída e mantida uma Santa Casa. Para usar uma linguagem do campo, era preciso fazer um mutirão para o atendimento à saúde da população agrícola. Ninguém deveria faltar.

Foram as necessidades da economia cafeeira que originaram as mudanças de objetivos das primitivas Casas de Misericórdia. Continuavam a atender os menos favorecidos, mas com a missão de oferecer a eles a assistência médica e hospitalar. Ao longo do tempo recebeu vários nomes: Casa da Misericórdia, Santa Casa de Misericórdia, depois somente Santa Casa; é assim que todos a conhecemos hoje.

Com as contribuições anuais asseguradas pelos cafeicultores tudo correu bem, por um século, mas as coisas começaram a mudar ao se aproximar o ano de 1970. Foi quando se deu a criação do FUNRURAL, o qual estendeu aos trabalhadores rurais os benefícios da Previdência Social. Uma inovação que foi aplaudida com entusiasmo pela sociedade, em geral, afinal contribuiria para se fazer a justiça social. Excelente iniciativa, mas que gerou uma consequência imprevista. Os proprietários rurais deveriam obedecer, sim, ao disposto na lei, registrando seus colonos e atendendo as obrigações trabalhistas prevista na Lei. Mas, e os benefícios já oferecidos? Os benefícios que já existiam nas colônias agrícolas, a moradia, a escola rural, a assistência médica, como ficavam?



Colonos expondo seus produtos

Bem, uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa. As exigências da Previdência Social, do FUNRURAL, tinham de ser obedecidas, já quanto aos demais benefícios oferecidos nas colônias agrícolas, cada produtor teria de decidir sobre o que fazer.

O que se esperava que pudesse vir a acontecer, aconteceu. Em curto período de tempo — dois a três anos — as colônias foram esvaziadas e fechadas, as populações rurais mudaram para a periferia das cidades e passaram à condição de “boias-frias”, continuando a fazer o que antes faziam. Os caminhões lotados de trabalhadores iam todas as manhãs para as lavouras, de onde voltavam à tarde. Uma situação triste, a dos “boias-frias”, sem registro trabalhista e já sem contar com os benefícios anteriores, quando eram colonos.

E agora, os fazendeiros continuariam a contribuir para o funcionamento das Santas Casas mesmo sem ter colonos, em suas colônias? Fui buscar a resposta a essa interrogação diretamente na fonte, percorrendo todo o interior do Estado de São Paulo. Fiz incontáveis viagens após assumir a Diretoria de Defesa Profissional da Associação Paulista de Medicina, em 1979, ocasiões em que tomei conhecimento da grave crise do sistema hospitalar existente no Estado de São Paulo. Por que grave? Porque era um sistema quase exclusivamente baseado no atendimento feito pelas Santas Casas e estas estavam passando por difícil crise financeira.

Em todas as cidades que visitei encontrei uma só resposta: o financiamento generoso, filantrópico, garantido pela população, havia desaparecido. Sobretudo o mais representativo de todos, o dos cafeicultores, havia cessado. Em decorrência, estavam as Santas Casas atravessando um período de dificuldades. Talvez fosse apenas circunstancial? O tempo se encarregou de demonstrar que não, as dificuldades financeiras das entidades filantrópicas se tornaram permanentes.

Nelson Guimarães Proença
Membro da Academia de Medicina de São Paulo,
Ex-Presidente da Associação Médica Brasileira